



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IVOTI**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
FONE/FAX (51) 3563.1911

**PARECER JURÍDICO N° 034/2021**

**REQUERENTE:** Comissão Permanente

**ASSUNTO:** Projeto de Lei N° 031/2021, "Autoriza a contratação de pessoal, por tempo determinado, para a área de educação".

**PROPONENTE:** Poder Executivo

Data da Distribuição: 07/06/2021

Data da Votação: 21/06/2021

**1) RELATÓRIO**

Trata-se o presente Projeto de Lei que objetiva autorização para a **contratação de pessoal, por prazo determinado, 01 professor de língua português**, 18 horas semanais, com salário de R\$1934,08 (hum mil e novecentos e trinta e quatro reais e oito centavos), e **01 professor de matemática**, 15 horas, com salário de R\$ 1.611,73 (hum mil seiscientos e onze reais e setenta e três centavos), pelo prazo determinado de 1 ano, podendo ser prorrogado até 2 anos.

O **Executivo fundamenta** a contratação para que os profissionais auxiliem os estudantes municipais a superar as desigualdades de aprendizagem decorrentes da pandemia, mais especificamente oriundas do período de aulas remotas. Ambas contratações serão destinadas para as escolas Ildo Meneghete e Aroni Aloísio Mossmann. Ademais, com o advento da lei federal 14151/2021, professoras do laboratório precisaram ser remanejadas para as salas de aula, porque as titulares estão gestantes.

É o relatório.

**2) PARECER**

O projeto foi protocolado em regime de urgência, devidamente justificado. Segundo **art.56 da Lei Orgânica**, prevê a possibilidade do Prefeito solicitar à Câmara de vereadores que aprecie o projeto em regime de urgência, no prazo de 30 dias, quando relevante. O **Regimento Interno** prevê no **art. 97, I** que o Prefeito pode requerer urgência na apreciação do projeto nos termos da lei orgânica.

Quanto ao mérito, primeiramente resalto que é **competência exclusiva do Prefeito** Municipal propor projeto de criação de cargos, nos termos do **art. 50, inciso II, da Lei Orgânica** Municipal. Quanto o fundamento jurídico para a contratação temporária de agentes estatais pela Administração pública, o mesmo encontra-se no **artigo 37, inciso I, da Constituição da Federal**. O objetivo desse tipo de admissão é atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, no caso o acompanhamento de alunos especiais da rede municipal. O projeto de contratação temporária proposto, respeita além do disposto na Constituição Federal, justifica o excepcional interesse público, relaciona salários a serem pagos e o prazo determinado dos contratos: Ainda, o projeto prevê que os contratos serão regidos por suas cláusulas e, subsidiariamente por analogia pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais; Saliente-se que a contratação temporária **configura permissivo constitucional de exceção**, vinculado à existência de regulamentação própria e adstrita às condições fixadas na Constituição que autorizam sua efetivação, sendo eles: a caracterização da necessidade temporária, o excepcional interesse



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IVOTI**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
FONE/FAX (51) 3563.1911

público e o prazo determinado da contratação. A ausência de qualquer um desses elementos desfigura a contratação temporária e conduz à irregularidade da contratação passível de sanções legais previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

O **art. 189 da Lei Municipal 2372/2008**, prescreve que para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado. O **art. 190, inc. V**, desta mesma lei, determina que **se considere como de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em lei específica**. No caso, a contratação visa atender situação de emergência. Por fim, o projeto indica a dotação orçamentária específica para seu custeio, cumprindo o disposto no **art. 191 da Lei Municipal n. 2372/2008**.

Com relação a ausência de **estimativa de impacto orçamentário-financeiro**, de fato, as despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Quanto ao **quórum necessário**, o **art. 59 do Regimento Interno da Câmara** disciplina que é necessária a presença de pelo menos 1/3 dos membros da Câmara (3) para que ela se reúna e, maioria simples de seus membros para que delibere. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos, dos presentes. O quórum especial deverá ser observado em proposições envolvendo alterações da Lei Orgânica e demais assuntos discriminados no §2º do art. 59 do Regimento Interno.

Em uma análise rasa, sem dados estatísticos históricos envolvendo a demanda, o projeto **obedece aos requisitos de constitucionalidade e legalidade** não apresentando nenhum vício de ordem formal ou material, sendo pelo entendimento da viabilidade técnica jurídica do mesmo, estando apto à votação.

Quanto ao **mérito**, esta assessoria não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

3) **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, em atendimento à solicitação de **PARECER**, esta Assessora Jurídica **OPINA** pela **constitucionalidade e legalidade** da proposição e pela regular tramitação do presente Projeto de Lei. Assim, encaminho o parecer para Comissão Técnica para análise, diligências e parecer, cabendo Egrégio Plenário apreciar o seu mérito.

*É o parecer.*

Ivoti, 21 de junho de 2021.

**Ninon Rose Frota**  
Assessora Jurídica  
OAB/RS 59.122